

CARÁTER EDUCATIVO EM AMBIENTES NÃO-FORMAIS

Silvia Lima dos Santos*¹
Augusto Fachín Terán**²

RESUMO

Desde sua criação os museus sempre foram visto como espaço de pesquisa e ensino, nesse sentido se faz necessário que os educadores atuem nesses espaços com propósitos educativos e de construção do conhecimento. O nosso objetivo é discorrer sobre espaços não-formais abordando a contribuição desses ambientes para o processo ensino-aprendizagem. Destaca-se a importância da formação do educador para atuar em espaços não-formais e se reafirma o caráter educativo dos museus de ciências, o que implica na aceitação de um novo paradigma de ensino/aprendizagem. Fundamenta-se nas idéias de Libâneo, Pimenta e Cazelli, entre outros. Destacamos a importância do caráter educativo dos museus e instituições afins como parte essencial da aprendizagem, já que possibilitam uma formação mais integral do estudante, com ganhos na aprendizagem dos conteúdos curriculares, na formação de valores e atitudes, além de desenvolver a sociabilidade

PALAVRAS-CHAVE: Espaços não-formais - Formação do educador - Prática educativa.

Trabalho de comunicação oral apresentado no XX Encontro de Pesquisa Educacional Norte Nordeste (XX EPENN), realizado pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM em 23 a 36 de agosto de 2011 em Manaus-AM.

* Licenciada em Ciências Biológicas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – Escola Normal Superior - Universidade do Estado do Amazonas-UEA. E-mail: silvinhalima@msn.com

* Dr. em Biologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: fachinteran@yahoo.com.br

Introdução

No Brasil estamos vivendo a mudança de paradigmas pedagógicos nos quais os conceitos educacionais ampliam-se tanto intelectualmente na assimilação de novas teorias educativas quanto fisicamente na ampliação para outros espaços ditos não formais, de onde se vislumbra o compromisso dos museus colocando-se a serviço da educação, sobretudo na área científica buscando fomentar as propostas educativas e de divulgação científica. Para tanto há que se promover transformações profundas na maneira de pensar do educador que deverá buscar competências e habilidades para formar sua nova práxis, fazendo frente aos desafios de atuarem nos mais diversos ambientes e instituições.

Neste artigo vamos discorrer sobre espaços não-formais abordando a contribuição desses ambientes para o processo ensino-aprendizagem, uma vez que essa relação amplia as possibilidades de aprendizagem dos estudantes, proporcionando-lhes um ganho cognitivo. Esclarecemos sobre a efetivação de uma prática pedagógica em ambientes não-formais onde mostra a função social do educador como agente transformador.

Os espaços não-formais

Todo educador sabe, hoje, que as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não-formais, informais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na cidade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas. Não é possível mais afirmar que o trabalho pedagógico se reduz ao docente nas escolas [...]. (PIMENTA, 2002, p. 29).

Considerando a citação de Pimenta (2002) os espaços não-formais devem também servir como uma alternativa à prática pedagógica das escolas, já que estes espaços representam uma oportunidade para o processo ensino-aprendizagem dos estudantes, uma vez que tanto os espaços formais e não-formais têm o papel de educar.

Lorenzetti & Delizoicov (2001, p. 8) afirmam que:

Os espaços não formais compreendidos como museus, zoológicos, parques, fábricas, alguns programas de televisão, a Internet, entre outros, além daqueles formais, tais como bibliotecas escolares e públicas, constituem fontes que podem promover uma ampliação do conhecimento dos educandos. As atividades pedagógicas desenvolvidas que se apóiam nestes espaços, aulas práticas, saídas a campo, feiras de ciências, por exemplo, poderão propiciar uma aprendizagem significativa contribuindo para um ganho cognitivo.

Estes autores afirmam que as aulas desenvolvidas nesses espaços podem ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. De acordo com Queiroz (2002), isso só é possível devido às características do espaço não-formal, que desperta emoções e serve como um motivador da aprendizagem. Libâneo (2002, p. 31) destaca que “[...] a educação não-formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação”. Assim, é essencial que o profissional busque em outras áreas diversos aprendizados, concepções e práticas. Mas sempre partido do domínio a teoria, ou seja, a estruturação.

Função social do educador

A função social do educador é a de ser agente de transformação; cabe, portanto, a ele, a organização dos desejos e das necessidades da comunidade com a qual trabalha, constituindo-se numa referência. Sua função não se restringe ao trabalho com os grupos, mas amplia-se a todas as famílias e à comunidade em geral, contribuindo na organização da gestão dos espaços e projetos. Os educadores que atuam em comunidades populares devem ter a consciência de que podem construir novas relações com eles mesmos, com o outro, com o mundo, dentro de um processo educativo formal e não-formal, já que a educação ocorre em todos os lugares. Por isso, os profissionais da educação precisam de novas áreas de atuação, novos lugares e setores, com a finalidade, ainda, de aprenderem a selecionar e organizar conteúdos para serem trabalhados de forma metodologicamente adequada.

Ghon (2006; p. 27-38) estabelece algumas características de práxis pedagógica em processos de educação não-formal: é aquela em que se aprende via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas carregadas de valores e culturas próprias; o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou integramos.

Além disso, a educação não-formal socializa os indivíduos, desenvolvem hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Nessa perspectiva os objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo.

Nesses espaços não-formais o educador tem como meta principal, a de propiciar ao sujeito a construção de sua identidade, Mas para isso se faz necessário que o docente esteja muito bem preparado para enfrentar as diversidades existentes nesses espaços, uma vez que a interação docente discente se faz necessária para construção.

Breve histórico dos museus

Desde tenra idade os seres humanos têm a característica de colecionar coisas que lhes parecem interessantes, desde humildes objetos tidos como bibelôs passando por jóias caras até raridades históricas, tais objetos aguçam a curiosidade de terceiros que se encantam com a simples possibilidade de poderem admirar tais mimos. A curiosidade natural do ser humano criou uma necessidade de se criar locais específicos para a exposição de tais objetos, sejam estes lugares prateleiras ou armários na sala de estar de um cidadão comum cuja única finalidade é satisfazer a curiosidade ao exótico, ou um prédio inteiro ao qual nós chamamos de museu que tem a função inicial de inventariar e descrever os objetos ali existentes.

Foi no Renascimento que surgiram os primeiros sinais de uma organização que se pode denominar de Museu, a partir de coleções particulares de nobres e estudiosos que cultivavam o prazer de reunir os mais variados objetos o que conferia poder e status aos colecionadores (POMIAN, 1984; GIRAUDY & BOUILHET, 1990 apud Carla Guzman; Vera Helena F. de Siqueira). Daí o entendimento de que o privilégio de ver tais coleções não fazia parte do cotidiano das pessoas menos abastadas daquela época, entretanto era de se esperar que com a aderência de mais e mais nobres criando suas coleções em breve surgisse a necessidade de espaços mais amplos e com maior notoriedade, e nos séculos XVII e XVIII, o crescimento e diversidade das coleções demandaram a ampliação das áreas de

guarda em novos espaços, como bibliotecas e museus (POMIAN, 1984 apud Carla Guzman; Vera Helena F. de Siqueira).

Contudo ainda não é neste instante que se dá a popularização das coleções, tal fato só iria acontecer no final do século XVIII. Com as conquistas da Revolução Francesa e o desenvolvimento do nacionalismo, o ideal enciclopedista expressava-se a partir de uma preocupação educativa com o museu. O caráter público dos museus, que implica que este esteja “aberto a qualquer pessoa”, confere novos atributos à instituição: ser um espaço de convivência social (VALENTE, 1995 apud Carla Guzman; Vera Helena F. de Siqueira).

Tal democratização veio junto a uma nova característica, a de troca de informações entre colecionadores e consecutivamente entre museus o que favoreceu a elaboração de conhecimento que foi transmitido primeiramente entre a alta cúpula da sociedade vinda em seguida a ser disseminada para a população em geral de maneira muito lenta.

No Reino do Brasil a cultura museal teve início apenas em 1818, com a criação do Museu Nacional que tinha como objetivo a propagação dos conhecimentos e estudos das ciências naturais. O Museu Nacional desempenhou, desde os primórdios de seu funcionamento, papel preponderante como gerador e propagador do conhecimento científico. Enquanto divulgador científico manteve permanentemente sua exposição e, colaborou com escolas e faculdades do Império, tendo também participado ativamente da educação através de cursos populares inaugurados em 1876.

A década de 1980 foi marcante para a história dos museus de ciência no Brasil, no que se refere ao aspecto educativo. Surgem nesse período várias instituições como o Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST (1982); foram feitas modificações no Museu do Instituto Butantã (1984); criou-se a Divisão de Educação e Cultura do Museu Paraense Emílio Goeldi (1985), a Estação Ciência (1987), o Espaço Ciência Viva (1987) e outros (MARANDINO, 2000; 2005). Também nos anos 90 cresceu significativamente o número de museus de ciências devido principalmente aos financiamentos governamentais (CAZELLI, 2005).

A interação do Museu Nacional com as instituições de ensino do Império deu-se pela utilização de seus espaços para aulas práticas, principalmente do seu laboratório químico criado ainda em 1824, e pela doação de material mineralógico, botânico e zoológico a escolas.

Os museus como espaços educativos

Marandino (2000, p. 189) destaca que os museus espaços têm assumido cada vez mais a função educativa como parte essencial de suas atividades. No entanto, desde sua criação, os museus têm caráter educativo, uma vez que sempre foram visto como espaço de pesquisa e ensino. Porém, é na década de 1970 que se intensificaram as pesquisas educacionais em museus de ciências, voltadas para a natureza dos processos de aprendizagem dos visitantes nesses espaços (CAZELLI, 1999).

Quanto à educação não-formal desenvolvida nesses espaços, houve uma intensificação nos últimos vinte anos, à medida que os museus deixaram de ser “depositários passivos de objetos ou expositores de produtos e descobertas científicas” (CAZELLI, 2005, p.120) e passaram a ser mais dinâmicos e interativos, tornando-se espaços primordiais na construção e expressão da cultura e da pesquisa.

Muitos museus contam com uma equipe de mediadores ou guias, treinados para auxiliar o público na compreensão das exposições. Queiroz et al (2002, p. 81) realizaram um estudo que procurou identificar os saberes subjacentes à mediação em museus de ciências e identificaram três grandes categorias de saberes:

1) saberes compartilhados com a escola – saber disciplinar, saber da transposição didática, saber do diálogo e saber da linguagem; 2) saberes compartilhados com a escola no que dizem respeito à educação em ciência – saber da história da ciência, saber da visão de ciência, saber das concepções alternativas; 3) saberes mais propriamente de museus – saber da história de instituição, saber da interação com professores, saber da conexão, saber da história da humanidade, saber da expressão corporal, saber da manipulação, saber da ambientação e saber da concepção da exposição.

Queiroz (2002, p.77) mostra que, a educação não-formal, que acontece em museus de ciências e instituições afins, tem características próprias e diferenciadas da educação formal que se dá nas escolas, quando fala dos saberes próprios dos museus. Isso justifica a grande preocupação, por parte dos estudiosos da educação em espaços não-formais, quanto aos perigos de escolarização dessas instituições (GOUVÊA, 1993; MARANDINO, 2000, 2003; QUEIROZ, 2002; PIVELLI, 2005). Acerca disso, Pivelli & Kawasaki (2005, p. 9), alertam:

[...] é preciso ter cuidado para não se escolarizar as instituições. Acredita-se que o objetivo maior destes locais que expõem biodiversidade é o de despertar curiosidades, paixões, possibilitar situações investigadoras, gerar perguntas que proporcionem a sua evolução e não somente dar respostas às questões que são colocadas pelo ensino formal.

Nesse sentido, existe um movimento para dar identidade própria aos espaços não-formais de Educação, uma busca por metodologias e estratégias educativas específicas que possibilitem não repetir a escola nos museus de ciência e instituições afins, fazendo-se necessário a superação da visão dos espaços não-formais como complemento da escola (MARANDINO 2000, p. 189-220).

Considerações Finais

O trabalho em parceria com os espaços não-formais, torna-se ainda mais significativo na educação, quando consideramos as contribuições desses espaços como recursos para o Ensino. Os museus de ciências e instituições afins possibilitam uma formação mais integral, com ganhos na aprendizagem dos conteúdos curriculares, na formação de valores e atitudes, além de desenvolver a sociabilidade.

REFERÊNCIAS

CAZELLI, S. et al. Tendências Pedagógicas das Exposições de um Museu de Ciência. In: **Atas do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Valinhos, São Paulo, Setembro, 1999.

_____. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?** 2005. Tese (doutorado). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14,n.50, p 27-38, jan/mar.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 30 maio 2011.

GIRAUDY, D.; BOUILHET, H. **O Museu e a Vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro – RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; AMARAL, Daniela Patti do. **A ciência, o brincar e os espaços não-formais de educação**. In: Programa de pesquisa em Educação para a Ciência do MAST/MCT. Rio de Janeiro, 1993.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

LORENZETTI, Leonir; DELIZOICOV, Demétrio. Alfabetização científica no contexto das séries iniciais do ensino fundamental. **Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v.3, n 1, p. 5-15, 2001. Disponível em: <http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/diretrizes/dir_ef_ciencia.pdf>. Acessado em: 15 dez. 2006.

MARANDINO, Martha. Museu e escola: parceiros na educação científica do cidadão. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Pp. 189-220, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.) **Pedagogia: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

PIVELLI, Sandra Regina Pardini; KAWASAKI, Clarice Sumi. Análise do potencial pedagógico de espaços não-formais de ensino para o desenvolvimento da temática da biodiversidade e sua conservação. In: **Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Bauru, p. 674, 2005.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi 1**. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, Pp. 51-86.

QUEIROZ, Glória et al. Construindo saberes da mediação na educação em museus de ciências: o caso dos mediadores do museu de astronomia e ciências afins/ Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 2, n. 2, p. 77-88, 2002.

VALENTE, M. E. **Educação em Museus. O Público de Hoje no Museu de Ontem**. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Educação da PUC-RJ, 1995